



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14244 - Painel Temático - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

Painel Temático

HÃM YĪKOPIT - PERGUNTAR À TERRA: PESQUISAS ENRAIZADAS ENTRE SERES, SABERES E FAZERES ANCESTRAIS INTERROGAM A EDUCAÇÃO

Vanessa Sena Tomaz - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Vanessa Sena Tomaz - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Gersem José dos Santos Luciano (Gersem Baniwa) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Paula Cristina Pereira Silva - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq/FAPEMIG

HÃM YĪKOPIT - PERGUNTAR À TERRA: PESQUISAS ENRAIZADAS ENTRE SERES, SABERES E FAZERES ANCESTRAIS INTERROGAM A EDUCAÇÃO

Gersem Baniwa - Universidade de Brasília (UNB)

Paula Cristina Pereira Silva - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Vanessa Sena Tomaz –Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Vanessa Sena Tomaz –Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Coordenadora

A pandemia de Covid-19 aprofundou uma crise existencial sobre esse modelo de sociedade, expondo a profunda crise das epistemologias dominantes, enraizadas no conhecimento europeu (ocidental) hegemônico. Inspirados em estudos que trazem outras ciências, fundamentadas na ancestralidade, na relação com a mãe-terra, na experiência, no saber construído nas vivências dentro e fora do território, propomos este painel com o objetivo de refletir sobre outros modos de produção de conhecimento, em favor de uma educação

interepistêmica, diversa, inclusiva e intercultural. Para instigar essa reflexão, reunimos três estudos que nos provocam a atravessar fronteiras epistêmicas, sejam pelo protagonismo dos pesquisadores indígenas que antes eram tomados somente como objeto de pesquisa; sejam pelos questionamentos ao campo da educação, quando introduzem pedagogias elaboradas a partir de pontos de vista historicamente silenciados nos discursos oficiais ou ainda porque convoca a refletir sobre nossa ‘humanidade’. Gersem Baniwa faz uma reflexão sobre a emergência de epistemologias indígenas como um caminho para democratização da produção e acesso ao conhecimento. Defende que fortalecer as epistemologias ancestrais dentro das universidades gera experiências que podem ser pedagogicamente potencializadas, porque abrem novos horizontes para a diversificação das matrizes ideológicas, cosmológicas e epistêmicas. Paula Silva compartilha sua experiência de fazer pesquisa junto com os Tikmũ’ün, povo indígena também conhecido como Maxakali, em que um grupo de indígenas desenvolveu suas próprias pesquisas, criando uma Rede de Pesquisadores Tikmũ’ün, *Hãm Yĩkopit - Perguntar à Terra*, onde ela também é membro. De um emaranhado de pesquisas a pesquisadora consegue extrair referenciais para a sua pesquisa de doutorado, elaborados a partir dos seres-saberes e fazeres desse povo. Ela utiliza esse referencial para compreender o modo de fazer pesquisa Tikmũ’ün que reverbera no modo de fazer escola. A pesquisadora Vanessa Tomaz reflete sobre a titulação de doutorado em Educação para mestres tradicionais indígenas detentores de notórios saberes ancestrais, formados em epistemologias indígenas. A partir da análise dos memoriais dos mestres titulados, conclui-se que o reconhecimento do notório saber desses mestres tensiona a universidade brasileira, uma instituição secular, construída sob os princípios e valores do colonizador. Por outro lado, é um passo importante para uma educação intepistêmica, trazendo pedagogias que relativizam a hegemonia da escrita altamente especializada à oralidade. Reunindo esses estudos, o painel anuncia metodologias, pedagogias e cosmologias ancestrais não coloniais, como um passo importante para se fazer justiça epistêmica e se obter bases para reconstruir o país com espaços acadêmicos mais democráticos.

Palavras-chave: Epistemologias ancestrais; Saberes indígenas; Notório Saber; Educação interepistêmica.

**Democratizando a produção e o acesso ao conhecimento:
emergências de epistemologias indígenas**

Gersem Baniwa

Universidade de Brasília (UnB)

Palavras-chave: Epistemologias indígenas; Bem viver; Interculturalidade; Intercientificidade; Diversidade de saberes.

Este trabalho trata de emergências de epistemologias indígenas diante do esgotamento das epistemologias ocidentais eurocentradas. As filosofias e pedagogias indígenas, fundamentadas nos princípios do Bem Viver, na reciprocidade, no amor e no cuidado entre as pessoas, na solidariedade comunitária e cósmica, na convivência socio-orgânica com a natureza e no cuidado com o território, continuam possibilitando experiências sustentáveis de vida. Essas experiências podem inspirar escolhas presentes e futuras para assegurar a existência humana, ameaçada pelas ideologias antropocêntricas, materialistas mercadocêntricas e tecnocêntricas, dominantes nas sociedades modernas. A emergência das epistemologias indígenas possibilita o (re)conhecimento da diversidade de saberes, fazeres e modos de vida milenares altamente sustentáveis, muito dos quais nunca foram colonizados.

As reflexões trazidas aqui estão sendo desenvolvidas nos contextos atuais vivenciados no âmbito de estudos e pesquisas acadêmicas e no enfrentamento de situações existenciais e mentais marcantes, como a pandemia do covid-19. Elas também emergem em face do aprofundamento das mudanças e crises climáticas e, principalmente, diante da persistência do racismo epistêmico, observado na educação básica e superior do país. Tais fenômenos sociocósmicos têm por um lado nos desafiado a encontrar sentidos e explicações existenciais da vida humana e planetária e, por outro lado, nos mobilizado em busca de respostas e soluções em nossas ancestralidades. Neste sentido, os saberes, fazeres e modos de vida tradicionais dos povos indígenas ganham novas forças, lugares e sentidos, apostando na emergência das epistemologias indígenas, como possibilidades de horizontes e de novas escolhas civilizatórias mais sustentáveis.

Nessa perspectiva, a filosofia de vida dos povos indígenas, expressa por meio da utopia de Bem Viver, é o caminho para uma vida saudável e sustentável no mundo. *Bem Viver* é uma concepção de vida proveniente dos povos indígenas, segundo a qual não existe separação entre ser humano e natureza. Como somos parte da natureza devemos viver de forma respeitosa e harmoniosa com ela. Segundo Magdalena León (2012), a teoria do Bem Viver “marca uma ruptura com a centralidade do indivíduo, a superioridade do humano e com as noções de progresso, desenvolvimento e bem-estar capitalista” (LEÓN, 2012). Já Acosta (2016) defende que o Bem Viver não é apenas uma alternativa, mas a única via que de fato pode se contrapor ao capitalismo e ao socialismo real, comprovadamente excludentes e destrutivos com a diversidade de povos e com a natureza, porque traz a diversidade como fundamento.

A pandemia de Covid-19 é considerada uma reação e lição da natureza aos processos

ecocidas praticados pelo homem e revelou a tendência ontológica deste ser: pouco sensível e egoísta que dá pouco valor à vida e pouco se importa com a dor e o sofrimento do outro. Diferentemente, os povos indígenas estão reaprendendo com a dor e o sofrimento pelas mortes de seus membros a valorizar e potencializar ainda mais suas tradições, o profundo amor à vida, ao outro, à natureza, aos saberes tradicionais e aos modos de vida comunitária. Reaprendendo a reconhecer e remanejar seus limites, mas também redescobrimo a potência dos seus saberes ancestrais, sobretudo no campo da medicina tradicional.

Esse movimento de nos voltarmos para os saberes ancestrais é possível, porque os povos originários das Américas construíram complexos sistemas de conhecimento que lhes possibilitaram desenvolver complexas civilizações humanas ao longo de pelo menos 15 mil anos. São herdeiros de saberes, fazeres e modos de vida de seus antepassados, complementados por outros saberes, acessados e apropriados após o contato com os colonizadores. A essa junção complementar de distintos saberes chamamos de interculturalidade e intercientificidade. Portanto, a ênfase em um pluralismo epistêmico da ciência acadêmica deveria ser a mais concreta lição desses tempos negacionistas e importante aposta para o futuro. Experiências pedagógicas fortes como a pandemia potencializam tempos de transformações, construções de novos ciclos e oportunidades de novas escolhas humanas para desviar e corrigir caminhos errados. É uma oportunidade para a humanidade mudar o seu conceito de vida, de existências e de desenvolvimento ao mesmo tempo que processa novas interaprendizagens de convivência e coexistência humana e cósmica. É também uma oportunidade de o ser humano reaprender sobre a sua espécie, visitar suas formas de estar e viver no mundo e repensar suas relações consigo mesmo e com a natureza. No vazio e vácuo sociopolítico e epistêmico é que surgem as profundas crises morais, éticas, ambientais, econômicas, religiosas. Crises de ordem civilizatória da humanidade, não do mundo ou da natureza. Vivemos tempos em que acontece à luz do dia um processo de radicalização e aprofundamento do ódio, do racismo, da intolerância, da destruição, da violência, da ignorância e da brutalidade.

Ao longo do tempo, os valores e sentimentos ancestrais da vida vêm sendo gradualmente desvalorizados ou mesmo esquecidos. Esta mudança existencial parece estar associada à crença moderna na tecnologia e na máquina, como nos fala Nurit Bensusan (2020), para quem a insensibilidade e a frieza humana, seriam uma forma de despistar nossa animalidade ou humanidade ou ainda esquecer nossa condição ou limitação animal e humano. Assim, buscamos nos afastar da natureza para nos aproximarmos da máquina, com quem cada vez mais temos intimidade, companhia e ajuda, confundindo nossos cérebros com máquinas e esquecendo nossos corpos. Seria uma espécie de inveja da imortalidade e da ausência da dor e sofrimento das máquinas e fingindo superar tempos em que fugíamos de predadores subindo em árvores ou se escondendo em cavernas para nos tornarmos reféns ou vítimas do clima que alteramos, mas que não condiz com nosso sonho de sermos seres especiais.

Ao contrário, de acordo com as cosmologias indígenas, as relações intracósmicas se sucedem de forma permanente e são orientadas por princípios e regras primordiais, tais como: reciprocidade, solidariedade, respeito, evitações, dádivas, regras alimentares, hábitos pessoais e coletivas de convivência cósmica, horários e contextos de banhos, formas de preparação, tipos e formas de alimentos – assados, cozidos, boiados ou transbordados, quentes, frios, requentados, feitos na hora, com sal, sem sal, com ou sem pimenta, pouca ou nenhuma gordura, dentre outras. O desrespeito e a desobediência a essas regras provocam reações hostis das partes afetadas, por meio de desgraças como doenças, escassez, desastres, tragédias e mortes.

Este protocolo de convivência forma um conjunto de regras para possibilitar vida saudável e sustentável no mundo. Os heróis criadores ensinaram formas para evitar,

equilibrar, manejar e superar as constantes desobediências e descumprimentos das regras de convivência e coexistência cósmica. Para cada ocorrência, os humanos receberam ensinamentos de como enfrentar, manejar e superar a dor, o sofrimento e o sacrifício, por meio de rituais, atitudes e comportamentos. Viver e viver bem requer sacrifícios e cultivos de sabedoria, virtudes, valores, hábitos e atitudes humanos especiais, como paciência, serenidade, solidariedade, reciprocidade, generosidade, espírito coletivo, respeito ao próximo e à natureza para enfrentar os desafios inevitáveis e imponderáveis da vida e viver o mais feliz possível. A felicidade na vida depende da capacidade e habilidade em construir e praticar o caminho do respeito, da solidariedade e da reciprocidade entre os humanos e estes com a natureza e o cosmo.

Esse respeito não se concretiza em uma sociedade que pratica o racismo histórico-cultural-estrutural-epistêmico e a intolerância étnica. Essas são as formas de violências que mais atingem e vitimam os povos indígenas, cujas origens são às raízes cosmológicas, ontológicas e teológicas do ocidente europeu, herdeiro das cosmologias judaico-cristãs e do antropocentrismo moderno, profundamente etnocêntrica, que sempre se autoproclamou raça superior, povo escolhido por Deus e com o mandato de Deus deveria se impor, subjugar, dominar, escravizar e converter, ainda que por meio da força da arma e da guerra todos os outros povos, raças e culturas. Elas se evidenciam por meio do capitalismo, enquanto teoria, ideologia e prática econômica, que é um dos principais vetores de violação dos direitos humanos no mundo de hoje, ao supervalorizar e sacralizar o direito ilimitado de acumulação e consumo de bens materiais e imateriais por parte de indivíduos e grupos privados e das igrejas fundamentalistas da teologia da prosperidade em detrimento da coletividade, da economia solidária, da economia da suficiência e da sustentabilidade socioambiental. O Homem que desejou ser a medida de todas as coisas está sendo a (des)medida e (i)responsável pela instabilidade, destruição e ameaça ao planeta ou à espécie humana. Em busca dos ideais da modernidade de igualdade, de liberdade e de fraternidade o homem provocou uma profunda e perigosa separação entre o homem e a natureza, separação esta que resultou na desconexão e destruição do elo primordial, holístico e orgânico da natureza (incluindo o homem) que sustenta o mundo cósmico. É urgente recuperar essa unicidade plural do cosmo do qual o ser humano é parte dependente, razão pela qual o seu corpo é a extensão do Grande Espírito (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Diante da crise civilizatória e epistêmica da sociedade não indígena moderna, os povos indígenas reafirmam seus ideais de vida que se inspiram nos mais velhos, na ancestralidade de Bem Viver, na reciprocidade e na solidariedade entre as pessoas, na coletividade, na convivência com outros seres da natureza, no profundo respeito pela terra e no uso coletivo do que ela oferece. Ela é fonte de tudo o que precisamos para viver e curar as doenças. Nosso território, espaço onde vivemos, é lugar sagrado, lugar cheio de significados, de espiritualidades, de valores e de conhecimentos gerados ao longo da história que orientam a nossa existência. O território é imprescindível para a reprodução física e cultural e a segurança do presente e do futuro de nossos povos.

Dessa forma, os rituais sociopedagógicos dos sistemas de conhecimentos ancestrais formam a fonte simbólica existencial da capacidade de resistência e resiliência tão marcantes entre os povos indígenas e tão necessários para sustentabilidade da natureza e da vida, enfraquecida pela introdução do pensamento predador e anti-natureza do homem moderno. É importante reconhecer os limites da ciência acadêmica que historicamente se impõe como a única dona do saber e da verdade. Afirmar que a ciência acadêmica não possui toda verdade não significa de forma alguma que não tenha sua importância e relevância reconhecida, pois sabemos que inequivocamente a ciência acadêmica se tornou essencial e vital para o mundo de hoje e sem ela, a humanidade e o mundo seriam muito piores do que temos hoje. Mas é preciso reconhecer outras ciências, outros saberes, igualmente relevantes, como são as

ciências indígenas, porque também são resultados de experiências e vivências milenares que deveriam ser agregadas, somadas, complementadas e assim, ampliar as possibilidades concretas da humanidade no seu conjunto, enfrentar seus desafios nos campos ainda desconhecidos da ciência e da vida no mundo.

Portanto, a crescente presença indígena na educação superior desafia a fé única da e na ciência acadêmica que é eurocêntrica e colonialista e que está dando mostras de esgotamento, por outro lado, abre novos horizontes para a diversificação das matrizes ideológicas, cosmológicas e epistêmicas. Jovens indígenas acadêmicos, a partir de suas experiências de vida e calcadas em saberes e fazeres herdados ancestralmente, vão inovando com outras formas e sentidos de pesquisas, produção, transmissão e uso de conhecimentos – teorias, métodos, ontologias e epistemologias não coloniais.

Essa presença pode garantir que as distintas ciências existentes no mundo possam se juntar em busca de respostas aos problemas enfrentados e desvendar mistérios da vida e do mundo ainda desconhecidos e às perguntas humanas ainda sem respostas. A lição da humildade deveria ser estendida a toda sociedade humana, uma vez que esses tempos difíceis de tragédias provaram nossas fragilidades por meios de fortes sentimentos de medo, insegurança, dúvida, perda, finitude, incompletude, impotência, incapacidade, fragilidade emocional e existencial, necessidade de interação, de afeto, de solidariedade, de civilidade e de sensibilidade humana.

A emergência de epistemologias ancestrais nas universidades gera experiências que podem ser pedagogicamente potencializadas como tempos de transformações, construções de novos ciclos e oportunidades de novas escolhas humanas, novos conceitos de vida, de existências e de desenvolvimento, novas aprendizagens de convivência e coexistência humana e cósmica, de renovação e/ou reinvenção de princípios e protocolos de convivência e coexistência que ajudem na (re)construção de pessoas, famílias, aldeias, comunidades, povos, bairros, instituições e cidades mais acolhedoras, solidárias, humanas, justas, igualitárias, inclusivas e sustentáveis. Mas, sobretudo, é uma oportunidade para (re)lembrarmos que somos seres humanos integrados à natureza, portanto, sujeitos às suas leis para viver e para reaprender sobre a nossa espécie, revisitarmos nossas formas de estarmos e vivermos no mundo e repensar nossas relações entre nós e com a natureza (BENSUSAM, 2020).

Finalizando, nós, povos indígenas, somos testemunhos vivos de que há outras formas de vida e outros modos de habitar o planeta comprovadamente sustentáveis. Nossa missão cósmica se torna crucial e vital na (re)fundação e na (re)construção de novas humanidades e seres humanos, livres da maldição do capitalismo, do neoliberalismo e da teologia da prosperidade, da cosmologia de povo escolhido ou de filhos preditos e eleitos. As pedagogias das resistências, das resiliências, das insurgências da vida e das existências, referenciadas em cosmologias ancestrais não coloniais, oferecem pistas e possibilidades reais para isso e devem estar cada vez mais presentes nas universidades.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária Editora Elefante, 2016.

BENSUSAN, Nurit. **Manchete Socioambiental**. Instituto Sociambiental, 2020 (www.socioambiental.org – acessado em 08/09/2020)

LEÓN, Magdalena. **Redefiniciones económicas hacia El Buen Vivir: um Acercamiento feminista**. AWID, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio.
Mana vol. 2 no. 2. Rio de Janeiro, 1996.

Xi hōnhã? E agora? Vamos ser pesquisadores: um fazer pesquisa Tikmũ'ũn entre múltiplos seres, saberes e fazeres

Paula Cristina Pereira Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Palavras-chave: Ser-saber-viver Tikmũ'ũn; Metodologia de pesquisa indígena; Cor-relações, Escola Tikmũ'ũn_Maxakali.

O texto apresenta uma experiência concreta de um fazer pesquisa de doutorado em Educação com os Tikmũ'ũn, povo indígena, também conhecido como Maxakali, que foge da prática investigativa dominante nos espaços acadêmicos. Os Tikmũ'ũn vivem em quatro terras indígenas no nordeste de Minas Gerais, somando em torno de 2500 pessoas. Apesar de viverem em um território totalmente devastado, sofrerem com insegurança alimentar e outras formas de violência, os Tikmũ'ũn mantêm vivos repertórios literário-musicais e rituais que enumeram seu conhecimento sobre sua biodiversidade, produzindo e reproduzindo suas práticas culturais coletivas e preservando sua língua maxakali. A pesquisa foi realizada do território de Água Boa, situado no município de Santa Helena de Minas (SILVA, 2022). Apesar de uma extensa discussão sobre a importância de se descolonizar as práticas de pesquisa, que na sua maioria se fundamentam na epistemologia ocidental eurocentrista, poucas são as iniciativas que conseguem sair do campo teórico e vivenciar, na prática, outros modos de fazer pesquisa, com base em epistemologias outras. A pesquisadora indígena maori, Linda Smith (2018), reforça essa ausência, afirmando que não basta apenas mudar o objetivo da pesquisa, é preciso acolher as demandas dos povos envolvidos, para se romper com a reverberação de práticas investigativas coloniais na academia, mesmo que se adote aquelas mais próximas dos sistemas de produção e socialização de conhecimentos dos povos indígenas. Romper com as formas fossilizadas de pesquisa não é tarefa fácil, pois requer ainda reconhecer que os sistemas de conhecimento indígenas são legítimos e milenares, não coloniais e pré-coloniais, pois existem antes mesmo da colonização. No desenrolar dessa pesquisa, percebemos que muitos métodos e teorias indígenas não estão amplamente disponíveis em textos acadêmicos ou artigos publicados, o que dificulta o acesso a tais fontes, que poderiam colaborar com a compreensão de outras formas de se 'pesquisar'. O pesquisador indígena Edson Kayapó argumenta que as produções acadêmicas desconsideram outras formas de organização sociopolítica e negam outros saberes, uma vez que "[...] enxergam esses outros saberes como saberes inferiores, perpetuando a colonialidade, eternizando o racismo e o genocídio" (BRITO, 2020, *on-line*, transcrição nossa). Diante disso, percebe-se a urgência de transformar este contexto de exclusão de outras epistemologias trazendo-as para a fundamentação e orientação das práticas de pesquisa em educação. Nesse sentido, a proposta de pesquisa de doutorado desenvolvida com os Tikmũ'ũn buscou trilhar caminhos outros, que teve como objetivo compreender o modo tikmũ'ũn de fazer pesquisa e a relação desse modo com o fazer escola. Com esse propósito trouxemos os saberes desses indígenas para o centro da produção de conhecimento nos espaços acadêmicos (SILVA, 2022). Isto foi possível porque, ao convidar os Tikmũ'ũn para fazerem a pesquisa comigo, eles me fizeram uma contraproposta, que eu me juntasse a eles e às suas pesquisas.

O aceite a esse convite exigiu que a pesquisa fosse redesenhada, pois não teríamos mais uma única produção coletiva sobre um único tema, e sim múltiplas pesquisas e múltiplos temas. Para acolher as pesquisas tikmũ'ũn, criamos uma rede de pesquisa, que os Tikmũ'ũn nomearam de *Hãm Yĩkopit - Perguntar à Terra*. Essas pesquisas foram desenvolvidas, presencialmente, por todos os participantes da *Rede*, em suas respectivas aldeias e em encontros de 'orientação' coletiva. A Rede é composta por 26 pesquisadores Tikmũ'ũn (homens, mulheres e jovens) e duas pesquisadoras não indígenas que compõem este painel temático. São diferentes temas e questões por eles investigados, relacionados aos seus territórios, à recuperação da floresta, à língua, às práticas tradicionais e aos *yãmĩyxop*. Estes que são uma miríade de povos cantores, traduzidos pelos Tikmũ'ũn ora como 'imagens', ora como 'espíritos', que possuem vastos repertórios de cantos que trazem consigo preciosos aprendizados para os Tikmũ'ũn. (TUGNY, 2011).

Frente ao redesenho da pesquisa, diversas indagações e desafios nos provocaram a pensar: Como faríamos uma pesquisa composta por muitas outras, de forma coletiva, e por meio de um fazer tikmũ'ũn que não conhecíamos? Quais diretrizes teórico-metodológicas poderiam nos auxiliar na vivência e compreensão desse fazer pesquisa, sem impor-lhes os métodos acadêmicos convencionais? Como o modo de fazer pesquisa tikmũ'ũn se relaciona com as práticas pedagógicas em suas escolas e com o jeito próprio de ser-fazer escola tikmũ'ũn? Tais indagações sinalizavam que estávamos diante de uma situação de pesquisa que não conhecíamos e não experimentada como pesquisadoras em educação. Havia um espectro de temas de pesquisa trazidos pelos pesquisadores tikmũ'ũn, incluindo o que eu mesma trazia, que deveria compor uma 'única' pesquisa de doutorado. Nesse sentido, fomos desafiadas a repensar a forma como sabíamos fazer pesquisa, a fim de romper e transgredir práticas investigativas ocidentais hegemônicas. Nessa perspectiva, nos adentramos, com profundidade, nas cosmovisões indígenas, particularmente entre os Tikmũ'ũn. Para isso, buscamos referenciais que trouxessem, na prática, um fazer pesquisa que não se balizasse nos princípios teórico-metodológicos da sociedade ocidental dominante, nos guiando pelo que se desenhou na prática junto com os Tikmũ'ũn em todas as instâncias da pesquisa, ou seja, pelos seres, saberes e fazeres desse povo. Assim, orientadas pelos seres-saberes e fazeres Tikmũ'ũn, nos apoiamos também em estudos sobre metodologias de pesquisa indígena que se baseiam na prática ancestral indígena da contação de histórias (*storytelling*), também comum entre os Tikmũ'ũn, e que destacam a potência das histórias para se ensinar (*storywork*), a fim de valorizar a oralidade e focar no que os pesquisadores da *Rede* queriam nos contar (ARCHIBALD, 2008). Deste modo, um dos resultados da pesquisa foi a discussão sobre como a cosmovisão tikmũ'ũn fundamentou o nosso fazer pesquisa e orientou práticas de pesquisa da Rede de Pesquisa *Hãm Yĩkopit*. Foram os aprendizados relacionados aos seres, saberes e fazeres que compõe o viver tikmũ'ũn que constituíram o nosso referencial de análise, o que, na terminologia da ciência 'moderna' ocidental dominante, chamaríamos de referencial teórico-metodológico. Esse referencial de análise questiona a hegemonia do conhecimento ocidental dominante que ainda insiste em práticas coloniais de pesquisa com povos indígenas que reverberam um padrão de poder nos espaços de produção do conhecimento, reproduzindo subalternizações e marginalizações de seres, saberes e fazeres outros. Assim, nos abrimos para aprender com os Tikmũ'ũn, assumindo, como pesquisadoras, uma perspectiva de descolonização da pesquisa na educação, sempre atentas "[...] às maneiras pelas quais o processo ou os resultados de seus esforços de pesquisa podem retificar as estruturas de poder hegemônicas, criando assim a marginalidade" (SWADERNER; MUTUA, 2008, p. 33). Após entendermos como vários aspectos relacionados ao ser-saber-viver tikmũ'ũn nos guiaram, foi possível entender que vivemos um fazer pesquisa por meio do aprender vendo-ouvindo-fazendo, por imitação e/ou fazendo juntos, possibilitado por relações entre muitos outros seres que interagem de forma complementar e com alternância de ações. Essas ações são guiadas pela vontade e iniciativa do aprendiz, respeitando a autonomia e a agência de todos os seres que interagem e se movimentam juntos. Além disso, ao analisarmos

as atividades de pesquisa que vivenciamos na escola, em uma das aldeias, foi possível visualizar que os aprendizados sobre o ser-saber-viver tikmũ'ũn no fazer pesquisa da Rede, também reverberavam nas diversas práticas pedagógicas, o que nos permitiu entender um pouco do ser-fazer escola tikmũ'ũn. De início, visualizamos que 'aprender fazendo' foi o aspecto do ser-saber-viver tikmũ'ũn que entrelaçou pesquisa e escola, já que, para se compreender ambas, era preciso fazer juntos. Mas, aos poucos, fomos percebendo que ambas se dão também por meio de relações entre diversos seres que são centrais no processo de aprendizagem desse povo. Pudemos, assim, dizer do potencial pedagógico do modo de fazer pesquisa da Rede entre múltiplos seres que estabelecem relações uns com os outros e coletivas. Especificamente sobre os aprendizados do ser-fazer escola tikmũ'ũn, percebemos que a educação escolar tikmũ'ũn é feita por muitos seres, não apenas pelos professores 'oficiais'. Ela é guiada pelo repertório de práticas ancestrais educativas, tendo a vontade e a iniciativa do aluno como pressuposto para aprender vendo-ouvindo-fazendo. Esse aprender se dá por meio de um contínuo movimento coletivo e interativo entre múltiplos seres que se engajam para e pela Terra, respeitando a autonomia do aluno. Como filhos da Terra que nos disseram que são, os Tikmũ'ũn precisam dela para continuarem vivendo enquanto povo indígena, pois grande parte dos seus seres, saberes e fazeres estão associados a ela. A escola apresenta-se como mais um caminho em busca do que sustenta a forma de se envolver e cuidar da mãe Terra. Portanto, o ser-fazer escola dessa aldeia se alinha às dinâmicas, demandas e aos movimentos da aldeia. Dessa forma, o mergulho no cotidiano da escola nos permitiu dizer que não é somente o fazer pesquisa acadêmico que precisa ser revisto, mas também o fazer escola institucional. A exemplo do que argumenta a professora e pesquisadora indígena Rita Nascimento (2020), muitos povos indígenas possuem gestões que fogem completamente da lógica do sistema de ensino, mas essas organizações não são legitimadas pelos modelos de secretarias de educação, o que parece ocorrer também com as escolas tikmũ'ũn. A miopia das secretarias também é a forma como manifestam o racismo e o colonialismo presente 'estrategicamente' nos modos de educação praticados no Brasil que, de certa maneira, permanecem nos dias de hoje (RUFINO, 2019). Em vez de negar a existência de uma escola diferenciada, porque ela não é organizada segundo seus próprios termos, ocidentais dominantes, a pesquisa de doutorado aponta como alternativa, reconhecer o *Hãm Yikopit - Perguntar à Terra* como um caminho para fundamentar os projetos políticos pedagógicos para a escola tikmũ'ũn. Entendemos que é chegada a hora de abandonar de vez tentativas de disciplinarização da prática escolar tikmũ'ũn e os desdobramentos que essas tentativas trazem na divisão do trabalho docente. Nossa defesa é de que o caminho *Hãm Yikopit - Perguntar à Terra* é uma proposta de escola insurgente praticada pelos Tikmũ'ũn com força para criar fissuras nessa grande estrutura hermeticamente fechada que é o sistema escolar público estadual. O caminho já trilhado pelos Tikmũ'ũn ainda é invisível aos olhos de muitos, porque o sistema educacional e suas estruturas legais resistem em flexibilizar seu olhar para a escola tikmũ'ũn, impondo um tipo de discurso ocidental dominante que privilegia um único modo de ser, saber, fazer e viver escola sobre todos os outros.

Ademais, fazendo uma imersão nesse modo de pesquisar entre múltiplos seres, saberes e fazeres Tikmũ'ũn foi possível fazer uma análise mais aprofundada das pesquisas dentro da Rede. Percebemos que esse fazer pesquisa se configurou como um processo de se emaranhar com a Terra, trazendo para a discussão a potência política do fazer pesquisa vivido. Afinal, o fazer pesquisa experienciado com a Rede mostrou que pesquisar é perguntar **para** a Terra, *estando juntos xẽ'ẽnãg* (de verdade) **com** a Terra por meio do estabelecimento de **correlações** (relações de cuidado) entre seres outros, visando buscar a transformação **da** Terra, o retorno de sua floresta, da mata e de diversos seres. A relação com a Terra foi o fio condutor das pesquisas realizadas na Rede, o que nos conectou, nos ensinou, nos moveu e impulsionou esse fazer pesquisa juntos. Aprendemos que a mãe Terra é essencial não somente para a sobrevivência física dos Tikmũ'ũn, mas, sobretudo, para suas existências enquanto povo indígena, para manter suas relações sociocosmológicas e políticas que estabelecem com

diversos e diferentes seres. A potência política do fazer pesquisa vivido com os Tikmũ'ũn nos mostra um 'pesquisar' que reivindica seus direitos para que possam participar e direcionar as decisões que os dizem respeito; que questiona, também, as práticas coloniais do Estado nas tomadas de decisões, Estado que ainda os exclui e não escuta suas reivindicações. Um 'pesquisar' fundamentado no *Yã Pu Mĩy* - "fazer para si mesmo", que prima pela autonomia para atuarem e fazerem acontecer a transformação que tanto desejam ver nos seus territórios, o resgate da floresta, da mata, dos diversos seres, saberes e fazeres conectados à mãe Terra. Um 'pesquisar' que denuncia, ainda, o histórico de exploração, principalmente a exploração socioambiental, a que, por séculos foram expostos, que também valoriza o estabelecimento de relações com seres outros, principalmente quando se trata de parcerias que vão somar nas suas lutas, demandas e reivindicações. Além disso, estamos diante de um fazer pesquisa que confronta práticas investigativas coloniais que somente 'extraem' informações e/ou que não envolvem os indígenas na sua feitura, tampouco se envolvem com suas vidas, demandas e lutas. A pesquisa entre eles assume esse papel político de denúncia e busca a melhoria dos seus territórios, pois 'pesquisar' é se movimentar, agir em prol das mudanças que tanto os Tikmũ'ũn desejam ver, principalmente, as mudanças relacionadas com a transformação do cenário de degradação ambiental que os cerca.

A experiência do emaranhamento de pesquisadores da Rede de Pesquisa *Hãm Yĩkopit* com a mãe Terra reforça a diferença expressiva que existe entre a cosmovisão tikmũ'ũn e a ocidental dominante. Na cosmovisão dos pesquisadores tikmũ'ũn não se separa os sentidos do ser e da existência (ontologia), das formas de pensar e produzir conhecimentos (epistemologia), dos princípios éticos e morais (axiologia), dos diversos seres que habitam diferentes mundos e interagem entre si. Esses seres outros, considerados não humanos pelos não indígenas, tiveram forte poder de ação nas pesquisas da Rede. Diferentemente, a cosmovisão ocidental dominante separa, categoriza e cria nomenclaturas que acabam por gerar binaridades e, principalmente, hierarquizações. A pesquisa de doutorado também mostrou que são as ações na escala do micro, localizadas e situadas, que possuem potência para vermos a transformação do sistema político-social-ambiental-educacional que tanto desejamos na escala macro. Todavia, o fato de relativizarmos o uso de categorias referenciadas na epistemologia ocidental dominante para nomear o fazer pesquisa coletivo vivido com Tikmũ'ũn não significa que essas categorias não possam ser utilizadas e ressignificadas pelos indígenas. Pelo contrário, entendemos a importância e a potência desse uso quando ele parte dos próprios indígenas. Em conclusão, o estudo destaca que ainda há muitos desafios a serem superados no campo da educação para "Amar-zonizar e reconstruir o país" para que os espaços acadêmicos sejam verdadeiramente habitados por seres, saberes e fazeres outros. No entanto, a Rede de Pesquisa *Hãm Yĩkopit - Perguntar à Terra* nos aponta que existem caminhos possíveis. *Hãm Yĩkopit - Perguntar à Terra*, assim, semeia uma esperança, para um mundo que, mais do que nunca, precisa desesperadamente dela.

Agradecimentos: Esta pesquisa de doutorado foi realizada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), no período de 2019/2022.

Referências

ARCHIBALD, Jo-ann. An Indigenous Storywork Methodology. In: *Handbook of the Arts in Qualitative Research: Perspectives, Methodologies, Examples, and Issues*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

BRITO, Edson. *A universidade e os saberes indígenas: diálogos epistemológicos*. Canal TV UFSJ - Aula inaugural do Ensino Remoto Emergencial, 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=Y13tUGVw_Zg&feature=youtu.be>. Acesso em: 15 set.

2020.

NASCIMENTO, Rita. *Educação escolar indígena e decolonialidade*. Canal do Tudo Educa no YouTube, 2020. [https://www.youtube.com/watch?v=viZzvGLASa Q&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=viZzvGLASaQ&feature=youtu.be). Acesso em: 18 jun. 2020.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas - Exu como Educação. In: *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 262 - 289, 2019.

SILVA, Paula Cristina Pereira. *xi hõnhã? e agora? vamos ser pesquisadores: um fazer pesquisa tikmũ'ũn entre múltiplos seres, saberes e fazeres*. 280f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SWADENER, Beth; MUTUA, Kagendo. Decolonizing performances: deconstructing the global postcolonial. In: N. Denzin, Y. Lincoln & L. T. Smith (Eds.). *Handbook of critical and Indigenous methodologies*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008. p. 31-43.

TUGNY, Rosangela. *Escuta e Poder na Estética Tikmũ'ũn_Maxakali*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011

“É preciso educar os não-índios”: Doutores em saberes ancestrais nas universidades

Vanessa Sena Tomaz

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Palavras-chave: Notório saber; Educação intepistêmica; Saberes Indígenas; Universidade.

Este trabalho discute como o reconhecimento do notório saber de três mestres tradicionais indígenas que receberam o título de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) interroga os fundamentos do próprio campo da educação, em favor de uma educação intepistêmica que reconhece epistemologias indígenas e dá voz aos seus representantes.

Iluminada pelos estudos de Kovach (2015) que centram em um modo indígena de conhecer, de onde flui um processo renovado de pesquisa e, valendo-me das discussões desenvolvidas em Silva (2022) que questiona a hegemonia do conhecimento ocidental dominante para se fundamentar nos seres-saberes e fazeres indígenas, procedemos a análise qualitativa dos memoriais dos mestres titulados. Nessa análise, identificamos aspectos do ser-saber-fazer desses mestres para compreender os modos de produção de conhecimento e as pedagogias praticadas por eles. Questionamos como pode ocorrer o ensino de saberes tradicionais populares nas universidades, a partir do reconhecimento de epistemologias que foram, historicamente, alijadas das instituições formais de ensino.

Em 2020, a UFMG aprovou uma resolução que regulamenta o reconhecimento de Notório Saber, podendo ser concedido a pessoas com alta qualificação, cuja contribuição seja reconhecidamente significativa e socialmente relevante. São reconhecidos pela UFMG saberes acadêmicos, científicos, artísticos e culturais já presentes da Universidade, e de outras tradições científicas, artísticas e culturais, tais como indígenas, afro-brasileiros, quilombolas, das culturas populares e demais tradições. Trata-se de um título acadêmico, em uma das áreas de conhecimento ou áreas afins nas quais a UFMG mantém curso de doutorado devidamente reconhecido. A indicação parte dos colegiados dos Programas de Pós-graduação que instruem o pedido com base em documentação comprobatória. Um dos documentos é um memorial descritivo escrito, analítico e crítico das atividades que fundamentam o notório saber. Esse memorial é avaliado por uma comissão externa ao programa, composta por cinco professores doutores, pelo menos dois deles externos à UFMG, que emite um parecer que é analisado na Câmara de Pós-graduação. Se aprovado, esse parecer vai para deliberação no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE). Em outubro de 2022, a UFMG tituló 14 doutores e doutoras em diferentes áreas por Notório Saber, entre eles três indígenas, na área da Educação. O PPGE-UFMG recebe as indicações por meio de um docente do programa e submete a documentação à apreciação de uma comissão interna, após aprovação nessa instância, a indicação é encaminhada à Pró-reitoria de Pós-graduação que prossegue com a avaliação do notório saber do candidato até a finalização no CEPE. Trata-se de um longo processo que resultou no reconhecimento desses mestres e reuniu um rico material de pesquisa composto por:

memoriais, cartas de recomendação, pareceres, livros, vídeos e fotografias.

Para este estudo, nosso foco foram os três memoriais dos mestres que receberam o título de doutorado em Educação e foram indicados pela autora deste resumo. Os memoriais são intitulados: “Valdemar Xakriabá: educador, homem-memória”, que apresenta a vida e os saberes singulares do ancião e liderança do povo Xakriaká do norte de Minas Gerais; “A Escola da Reconquista”, com a vida, as lutas e os saberes da Mestra Mayá, do povo Pataxó Hã Hã Hãe e o memorial “Antônia Braz Santana, Mestra Japira: Os saberes Pataxó da Beira Mar, Capoeira e Mata Atlântica”, com a vida, as lutas e os saberes dos matos Pataxó da pajé Japira.

Ao refletir sobre esse processo, vários questionamentos se juntam a outros já mencionados: Que mudanças um título de doutorado trará para a vida desses mestres? E para seus povos? Que deslocamentos acadêmicos, no ensino e na pesquisa, a nossa universidade faz, quando atribui título de doutorado por notório saber a pessoas que nunca se adentraram em uma escola? Com certeza, essas respostas não estão explícitas nos memoriais, exige-se uma incursão atenta, reflexiva sobre eles para entender essa tentativa de diálogo interepistêmico, pelo reconhecimento de epistemologias que, historicamente, não são reconhecidas como ciência.

O memorial do seu Valdemar Xakriabá é uma reflexão crítica e analítica sobre a vida e o trabalho do mestre, um ancião de 75 anos, que vive no território Xakriabá, no norte de Minas Gerais. Seu memorial retrata um grande sábio, mestre da oralidade, raizeiro, rezador, conhecedor e vivenciador da luta, da história do seu povo e atuante na educação das novas gerações, uma das referências na contação de histórias e na ciência Xakriabá. É reconhecido por um conjunto de conhecimentos que nomeia um território, seus modos de organização, suas práticas educadoras, suas políticas, seus mitos, seus ritos e suas memórias. Por tudo isso, é considerado um patrimônio vivo da sua comunidade, um homem-memória (LE GOFF, 1996), pois é aquele que preserva vivos elementos fundamentais para a constituição de memórias e saberes do povo Xakriabá, que permitem inscrever uma história outra, a partir de pontos de vista historicamente silenciados nos discursos oficiais construídos sob a égide do documento escrito. Percebe-se que é um homem de muitas facetas, um educador que ensina por meio da oralidade plena, o que aprendeu das pessoas de mais de idade, desde criança.

O memorial da D. Maria Muniz Andrade Ribeiro (Mestra Mayá) nos apresenta uma mulher indígena de 73 anos do povo Pataxó Hã Hã Hãe, que vive na Terra Indígena Caramuru Paraguassu, Bahia. Mestra Mayá sempre acreditou na educação como forma de luta pelos direitos de seu povo, por isso lutava pela alfabetização das crianças. Testemunha de vários massacres contra seu povo, conta que a educação que pratica em toda a sua vida foi feita “Nas beiras dos rios, embaixo das árvores, em casas de farinha, em um grande curral da comunidade”. O memorial da Mestra Mayá é também uma revisão da história dos conflitos territoriais em nosso país, a história de luta pela terra, não contada nos discursos oficiais: “A escola acontecia com a gente andando de casa em casa, pedindo à mais anciã para contar a história para a gente ouvir e saber a verdadeira história”, na defesa do direito à existência do seu povo.

Já o memorial da Mestra Japira fundamenta o notório saber de uma pajé de 62 anos do povo Pataxó no sul da Bahia que conhece como ninguém ‘os matos’ pataxó. Descreve o processo de conhecer na forma particular como ela se relaciona com as plantas. Nesse, são as plantas que ensinam as pessoas como lidar com as suas potencialidades. Nas aulas que pratica em seu jardim-escola e em todo o bioma da Mata Atlântica, por meio da oralidade, a pajé que é raizeira, parteira e liderança evoca cada planta de um modo íntimo e singular, envolvendo as crianças em experiências sensoriais únicas. Japira funde ciência, literatura e arte, com

histórias, cantos, rezas, performances e desenhos, em práticas pedagógicas que estão enraizadas em um sistema de conhecimento de epistemologias outras, que reúne a um só tempo a espiritualidade e os cantos, a formação da capacidade de resistência e resiliência, a percepção de sentidos e valores próprios ao seu povo e sua história.

A análise dos memoriais mostrou que esses mestres tradicionais são formados na ciência do território, da ancestralidade, uma ciência que se constrói sob o ritmo das culturas de tradição oral e que não se escreve – é preciso toda uma vida. Percebemos que eles são donos de saberes que permitem inscrever uma história outra, a partir de pontos de vista historicamente silenciados nos discursos oficiais. Nessa perspectiva, a titulação de doutores em educação que educam no exercício profundo da oralidade é um reconhecimento, por parte da universidade, das culturas de tradição oral, da mesma forma relativiza a escrita como a forma privilegiada de registro e transmissão dos conhecimentos ditos científicos, essenciais à formação dos estudantes.

As histórias de vida desses mestres se encontram em muitos aspectos, como na relação que foram construindo com seus povos, tornando referências para eles; por terem sobrevivido a massacres; pela privação de liberdade e por ter sido vítimas de racismo. Assim, são também exemplos de resistência e resiliência para os mais jovens, porque não desistem de ser e viver segundo seus valores, suas culturas. Nesse sentido, são homens/ mulheres-memória de seu povo, o que incluem memórias traumáticas, marcas do sangrento processo de colonização ainda persistente neste país.

A imersão no vasto campo de saberes desses mestres nos mostra também que são educadores que ensinam com metodologias ancestrais indígenas da contação de histórias (*storywork*) (ARCHIBALD, 2008), repassadas de geração em geração por meio da oralidade. Os saberes desses mestres são ‘escritos’ de outras maneiras, são extraídos de narrativas orais, como o faz seu Valdemar; são cantos e desenhos que expressam a essência da cura, como em mestra Japira; ou ainda cantos e sonhos que educam crianças e jovens nas retomadas de terra, exemplo da professora e mestra Mayá. Dessa forma, as pedagogias praticadas por esses mestres adentrando à universidade forçam a passagem da escrita altamente especializada - às vezes distantes dos novos sujeitos que a ela adentram – à oralidade.

Ademais, os saberes desses mestres não são específicos de um único campo de conhecimento, porque seus saberes não vêm de um mundo cartesiano-newtoniano. Assim, se tentarmos encaixá-los em arranjos disciplinares (Letras, Medicina, Arquitetura, Direito, etc.) ou mesmo enveredarmos para campos inter e transdisciplinares mantendo-nos dentro de uma episteme ocidental moderna, deixaríamos de fora um aspecto que atravessa todos seus saberes, a espiritualidade. Seu Valdemar diz para os jovens que para entrar na dura luta dos povos indígenas é preciso ter a força dos encantados, porque a pressão é muita e isso se consegue seguindo os ensinamentos dos mais velhos. No memorial da Mestra Mayá há uma forte relação com a terra, onde “Caminhamos junto com nossos seres espirituais”. A mestra Japira diz “o que aprendi em minha vida veio dos espíritos e da minha atenção e curiosidade pelos mais velhos”.

Retomando as questões que colocamos neste texto, entendemos que o reconhecimento do notório saber desses mestres tensiona a universidade brasileira, uma instituição secular, construída sob os princípios e valores do colonizador. Trata-se de uma ação de reparação histórica, ainda que tardia, com esses povos que são invisibilizados e negligenciados por uma instituição que deveria acolhê-los. O reconhecimento de saberes que vêm de epistemologias ancestrais também permite à universidade introduzir outras pedagogias que potencializam a recomposição da memória e do tecido social de povos que viveram separados por muitos anos em exílio de suas terras. Por outro lado, na vida desses mestres, o diploma de doutorado pode

não mudar seus modos de ser-viver-fazer, mas com certeza fortalece as lutas de seus povos. Todos foram unânimes em afirmar, como faz seu Valdemar, “...não é vantagem não só para mim, é mais para as futuras geração [...] é uma coisa para todos aqui...”

Novas gerações de universitários dentro da UFMG poderão ter contato com sábios como esses e experienciar outras formas de ser-fazer e estar no mundo. Particularmente no ensino, teremos a oportunidade de transgredir regras acadêmicas, diretrizes pedagógicas e teorias que alicerçam o campo da educação, diante da predominância da oralidade, da espiritualidade e da presença de corpos que sustentam uma pedagogia territorializada. Portanto, o reconhecimento do notório saber desses mestres indígenas faz justiça epistêmica e possibilita experiências únicas para os estudantes da UFMG, a maioria não indígena, que poderão viver um mundo real em que operam diferentes epistemes, o que muito é esperado de uma universidade. Afinal, é preciso educar os não-índios, como um esforço de romper com a colonização de saberes e epistemologias.

Agradecimentos: Nossos mais sinceros agradecimentos aos mestres tradicionais indígenas pelo compartilhamento de saberes e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo financiamento da pesquisa “Educação Intercultural: investigando metodologias para pesquisas e formação de professores com e por povos tradicionais e campesinos”. Proc. 409296/2021-3.

Referencias

ARCHIBALD, Jo-ann. An Indigenous Storywork Methodology. In: **Handbook of the Arts in Qualitative Research: Perspectives, Methodologies, Examples, and Issues**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2008.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENÇÃO. Universidade Federal de Minas Gerais. **Resolução Complementar nº 01/2020**, de 28 de maio de 2020.

KOVACH, Margareth. Emerging from the margins: indigenous methodologies. In. STREGA, Susan; BROWN, Leslie. (Eds.) **Research as resistance. Revisiting critical, indigenous, and anti-oppressive approaches**. Toronto: Canadian Scholars' Press Inc., 2015, pp.43-64.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

SANTANA, Antônia Braz. **Os saberes Pataxó da Beira Mar, Capoeira e Mata Atlântica**. Memorial da Mestra Japira. MIRANDA, Victor André Martins; PEREIRA, Rosângela Pereira; TOMAZ, Vanessa Sena (Relatoria). 132f. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021

SANTOS, Valdemar Pereira dos. **Valdemar Xakriabá: educador, homem-memória**. ROCHA, Diana Pereira de Araújo; TOMAZ, Vanessa Sena (Orgs). Memorial do Mestre Valdemar Ferreira dos Santos. 136 f. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SILVA, Paula Cristina Pereira. **xi hõnhã? e agora? vamos ser pesquisadores: um fazer pesquisa tikmũ'ũn entre múltiplos seres, saberes e fazeres**. 280f. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

TUGNY, Rosângela Pereira. **Mestra Mayá: Escola da reconquista.** Memorial da Mestra Maria Muniz Andrade. 105f. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.